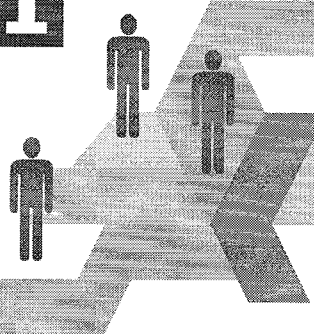


NÍVEL MÉDIO COMPLETO

▶ MASCULINO

TIPO 01

CARGO 01:
POLICIAL PENAL
(AGENTE PENITENCIÁRIO)



CETAP

GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) Questões Objetivas de Múltipla Escolha, numeradas de 01 a 50, em ordem sequencial, e o comando para elaboração da Prova Discursiva. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** As respostas das Questões Objetivas de Múltipla Escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- 03** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão 04 (quatro) alternativas de resposta (A, B, C e D), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 04** A Prova Discursiva deverá ser manuscrita na Folha de Redação, em letra legível com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente. A Prova Discursiva deverá respeitar o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda na pontuação da mesma.
- 05** A Folha de Redação não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova Discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- 06** O tempo máximo disponível para realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e da Prova Discursiva é de 4h30 (quatro horas e trinta minutos), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta e da Folha de Redação.
- 07** Somente depois de decorridos 120 minutos do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões, seu Cartão Resposta e a sua Folha de Redação, e retirar-se da sala de prova.
- 08** Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 09** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do **Cartão Resposta**, com a sua caligrafia usual, a seguinte "frase mestra" de Heráclito:

"Nada é permanente exceto a mudança"

A transcrição da "frase mestra" é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato no presente concurso público.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA - SEAP

CONCURSO PÚBLICO C-208



Leia, com atenção, o texto de Lucília Diniz, 66 DIAS PARA MUDAR e responda o que se pede no comando das questões:

66 DIAS PARA MUDAR

Eis o tempo médio para incorporarmos um novo hábito.

Não é fácil incorporar um novo hábito à rotina. Mas também não é especialmente difícil. Não há regra geral. Depende da rotina que se quer mudar, do hábito a ser adquirido e, sobretudo, de cada um de nós. De qualquer maneira, não é algo que ocorra da noite para o dia. Pode levar poucas semanas ou alguns meses. Por mais elástico que seja o prazo, no entanto, é importante termos um horizonte à vista, para calibrar nossas expectativas e aplacar ansiedades naturais.

Muitos anos atrás, quando eu investi na formação de hábitos saudáveis, responsáveis pela eliminação da metade dos meus 120 quilos, não havia referências confiáveis sobre o tempo que o processo duraria. Nos anos 60, o que estava disponível na praça era o mito de que a automação de um novo comportamento consumia no mínimo 21 dias. Era um número mágico, saído da cartola de um *bestseller* americano, o médico Maxwell Maltz, que difundiu essa métrica a partir da experiência própria e da observação de alguns pacientes. Mas, na falta de um benchmark baseado em estatísticas robusta, as tais três semanas ganharam ares de verdade absoluta.

Hoje, estudos mais consistentes sobre o fenômeno de mudança de hábito evitam cravar o intervalo de tempo necessário para a adaptação da mente e do corpo, uma vez que são muitas as variáveis que influenciam a transformação. Uma pesquisa de 2009, publicada numa revista especializada, a *European Journal of Social Psychology*, mostrou que leva de 254 dias para uma pessoa incorporar um novo hábito. A variação é tão grande que teria pouca utilidade a quem busca um parâmetro. Mas o mesmo estudo conclui que, na média, levamos 66 dias para que um exercício diferente ou nova dieta entrem no modo piloto automático.

Pela minha própria experiência, considero esse um prazo bastante razoável. Não é tão curto a ponto de criar falsas esperanças, nem tão longo que provoque desânimo. Quando embarquei em minha revolução comportamental teria sido mentalmente reconfortante contar com esse referencial. Na época, eu ignorava quanto deveria insistir para concluir a travessia do deserto - o obstáculo inicial para implementar um novo hábito. Comecei e terminei muitas dietas por imaginar que aquele período duro de adaptação não teria fim. Venci, por fim, vivendo um dia de cada vez, mas é claro que a estratégia adotada intuitivamente teria sido facilitada no caso de uma contagem regressiva em direção a essa linha de chegada imaginária dos 66 dias. A medida não é relevante por si própria, mas por quantificar o desafio. Cada xis rabiscado no calendário é um pequeno passo que nos aproxima de um tempo melhor. O processo de mudança é gradativo. Como dizia Mark Twain, "a gente não se liberta de um hábito atirando-o pela janela; é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau".

O nosso cérebro, que valoriza a eficiência, gosta da rotina. Afinal, se não precisamos pensar para praticar certas ações, como escovar os dentes ou afivelar o cinto de segurança, liberamos a mente para tarefas mais nobres - como nos preparar para o desafio de normalizar novos hábitos nos próximos 66 dias.

FONTE: DINIZ, Lucília. Revista Veja, 07/07/2021.

Questão 01

De acordo com o texto, equivale semanticamente à expressão "novo hábito à rotina" do trecho "Não é fácil incorporar um novo hábito à rotina.":

- A) "O nosso cérebro, que valoriza a eficiência (...)"
- B) "Quando embarquei em minha revolução comportamental (...)"
- C) "(...) entrem no modo piloto automático."
- D) "A medida não é relevante por si própria (...)"

Questão 02

Em: "O nosso cérebro, que valoriza a eficiência, gosta da rotina.", as vírgulas presentes no período justificam-se:

- A) pela presença da oração adjetiva explicativa.
- B) pela intercalação de um adjunto adverbial deslocado.
- C) por separar a oração substantiva apositiva.
- D) por dar ênfase à oração subordinada adverbial condicional.

EXCERTO PARA QUESTÕES 3 e 4:

"(...) a gente não se liberta de um hábito atirando-o pela janela; é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau".

Questão 03

Substituindo a expressão "a gente" pelo pronome "nós", a alternativa em que há perfeita adequação à norma culta é:

- A) Nós não nos libertamos de um hábito atirando-o pela janela; é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau.
- B) Nós não se libertamos de um hábito atirando-o pela janela, é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau.
- C) Nós não nós libertamos de um hábito atirando ele pela janela; é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau.
- D) Nós não liberta-se de um hábito atirando ele pela janela; é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau.

Questão 04

Os pronomes oblíquos presentes no período em análise substituem o vocábulo:

- A) gente.
- B) liberta.
- C) janela.
- D) hábito.

Questão 05

Assinale a alternativa em que a ausência do acento muda a classe gramatical.

Exemplo: imaginária (adjetivo), imaginaria (verbo):

- A) fenômeno.
- B) cérebro.
- C) atrás.
- D) hábito.

Questão 06

Alternativa em que "bastante" se manteria sem variação como em: (...) considero esse um prazo bastante razoável." é:

- A) Vi bastante dietas irem por água a baixo.
- B) O nosso cérebro valoriza bastante a rotina.
- C) Bastante coelhos saem das cartolas.
- D) É preciso exercícios bastante para perder 60k.

Questão 07

No quarto parágrafo: "Como dizia Mark Twain, (...)", o conectivo dá ideia de:

- A) comparação.
- B) causa.
- C) conformidade.
- D) concessão.

Questão 08

A classe gramatical do termo está incorretamente analisada em: "Nos anos 60, o que estava disponível (...)":

- A) "Nos" - contração da preposição "em" + artigo "os".
- B) 60 - numeral cardinal.
- C) "o" - pronome demonstrativo.
- D) "que" - conjunção integrante.

Questão 09

O sinônimo do vocábulo não foi aplicado corretamente em:

- A) "(...) quantificar o desafio (...)" - mensurar o desafio.
- B) "(...) busca um parâmetro (...)" - busca uma exceção.
- C) "(...) para calibrar nossas expectativas (...)" - para ajustar nossas expectativas.
- D) "(...) contar com esse referencial." - contar com esse ponto de vista.

Questão 10

Entre os princípios que regulam a redação oficial não consta:

- A) Impessoalidade, sem interferência de opinião.
- B) Prolixidade - detalhamento de informação para evitar ambiguidade.
- C) Utilização do nível de linguagem na norma culta.
- D) Pronomes e expressões de tratamento para manter a formalidade.



LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Questão 11

Sobre a classificação dos condenados, marque a alternativa correta:

- A) A Comissão Técnica de Classificação será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 3 (três) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- B) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
- C) O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.
- D) O condenado por crimes hediondos que não tiver sido submetido à identificação do perfil genético por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional deverá ser submetido ao procedimento antes do cumprimento da pena.

Questão 12

A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado. Sobre a assistência prevista na Lei de Execução Penal, marque a alternativa correta:

- A) A assistência será: material, à saúde, política, educacional, social e religiosa.
- B) Será conferida assistência jurídica a todos os presos e internados, independente de sua condição financeira.
- C) Os ensinos de 1º e 2º graus serão obrigatórios, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.
- D) O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

Questão 13

O Juiz estabelecerá o regime no qual o condenado cumprirá a pena privativa de liberdade. Deve, ao fazer isso, observar que:

- A) quando houver condenação por mais de um crime em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento e da pena será sem levar em conta a somatória das penas.
- B) acima de 65 anos será admitido o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular.
- C) a execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à regressão quando o condenado praticar crime contra a vida ou falta leve.
- D) o cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.

Questão 14

Na execução penal, para que seja apurada a prática da falta disciplinar e aplicada a sanção disciplinar, é necessária a realização de um processo administrativo disciplinar. Sobre a disciplina no ambiente prisional, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I- A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até sete dias.
- II- Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.
- III- Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

Está(ão) correto(s):

- A) apenas o item I.
- B) apenas os itens I e II.
- C) apenas os itens II e III.
- D) os itens I, II e III.



DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 15

Marque a alternativa correta no que diz respeito à competência administrativa:

- A) A hierarquia não é critério definidor da competência.
- B) A competência em razão da matéria está relacionada à descentralização territorial das atividades administrativas.
- C) A lei pode limitar a delegação de competência e vedar que determinadas funções sejam objeto de delegação.
- D) O ato de delegação, regra geral, retira a competência da autoridade delegante.

Questão 16

Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

- A) Para caracterizar a responsabilidade objetiva do Estado, bastam a comprovação do dano e a ocorrência de um fato administrativo.
 B) O Estado somente responde civilmente pelos atos comissivos que causarem danos, sejam estes morais e/ou materiais.
 C) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estado responde civilmente pelos atos praticados pelos seus agentes, assegurado o regresso contra o responsável pela causação do dano somente nos casos de dolo.
 D) As pessoas jurídicas concessionárias de serviços públicos respondem civilmente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo essa responsabilidade objetiva.

Questão 17

Pedro, acumula dois cargos públicos: um de assistente social no Município X e outro de assistente social no Estado Y. No Município X, a jornada é de 20 (vinte) horas semanais, devendo ser realizada de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h; No Estado Y, a jornada é de 30 (trinta) horas semanais, também de segunda a sexta-feira, das 9h às 15h. Pedro costuma exercer atividades no Município X das 8h às 10h, chegando à repartição pública do Estado Y por volta das 10h30 e lá permanecendo até o final do expediente. Embora conscientemente não cumpra a jornada em nenhum dos cargos, recebe a remuneração integral de ambos. Considerando os fatos narrados, o art. 37, XVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como as disposições da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, marque a alternativa correta:

- A) Pedro acumula lícitamente os dois cargos, eis que o assistente social é considerado pela legislação como profissional de saúde e há compatibilidade entre as jornadas do Município X e do Estado Y.
 B) A acumulação é ilícita e Pedro incorre em improbidade administrativa.
 C) A acumulação é ilícita, mas Pedro não incorre em improbidade administrativa porque a sua conduta não pode ser enquadrada como ato que importa enriquecimento ilícito, que causa prejuízo ao erário ou que atenta contra os princípios da Administração Pública.
 D) Embora a acumulação seja lícita, Pedro incorre em improbidade administrativa porque nunca mencionou que exercia mais de um cargo público.

Questão 18

Assinale a alternativa correta em relação à Lei estadual n.º 8.937, de 2 de dezembro de 2019 e suas alterações:

- A) A formulação da política estadual penitenciária é uma diretriz do Sistema Estadual de Administração Penitenciária do Estado do Pará.
 B) A busca da participação e compromisso da sociedade, com estímulo e facilitação da sua atuação no cotidiano do Sistema Estadual de Administração Penitenciária através do estabelecimento de parcerias é função básica da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP.
 C) É competência do Conselho Penitenciário propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança.
 D) É vedada a aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário do Estado do Pará - FUNPEP em manutenção das Unidades Prisionais.



DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 19

Leia os itens seguintes em relação à propriedade:

- I- A propriedade atenderá a sua função social.
 II- A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
 III- No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, ainda que não haja dano.
 IV- A pequena e a média propriedades rurais, assim definidas em lei, desde que trabalhadas pela família, não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Estão corretos, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, apenas os itens:

- A) I e II.
 B) III e IV.
 C) I e III.
 D) II e IV.

Questão 20

Assinale a alternativa correta em relação ao direito à moradia, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil:

- A) Está inserido no texto constitucional como direito à cidadania.
 B) A Constituição assegura o direito à moradia apenas aos brasileiros natos.
 C) É um direito social, ao lado da educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.
 D) Não é considerado um direito fundamental.

Questão 21

Marque a alternativa correta sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil:

- A) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, levando em consideração apenas os critérios da natureza do delito e do sexo do apenado.
 B) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos desde o nascimento até a criança completar um ano de idade.
 C) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.
 D) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Questão 22

Marque a alternativa correta sobre o Conselho de Defesa Nacional, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil:

- A) O Presidente da República participa como membro nato do Conselho.
 B) É competência do Conselho de Defesa Nacional opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.
 C) A organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional deverão ser regulamentados por Lei Complementar.
 D) O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta, planejamento, execução e fiscalização do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.

**DIREITO PENAL**

Questão 23

Sobre os crimes contra o patrimônio, marque a alternativa incorreta:

- A) A pena de furto é aumentada de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.
 B) No furto com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, a pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa.
 C) No roubo, a pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade se o crime envolve o emprego de chave falsa.
 D) Se o dano ocorre por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima a pena é de detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Questão 24

Os crimes contra a dignidade sexual passaram por profundas modificações ao longo dos anos. Sobre estas modificações, marque a alternativa correta:

- A) A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se estes crimes são cometidos para controlar o comportamento social ou sexual da vítima.
 B) A pena é aumentada de quarta parte, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela.
 C) Não há crime quando o agente divulga cena de sexo ou pornografia em publicação de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima menor de 18 (dezoito) anos.
 D) Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes é crime com pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Questão 25

Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. São diversos os crimes que podem ser praticados por funcionários públicos. Sobre o assunto, marque a alternativa incorreta:

- A) A pena será aumentada da quarta parte quando os autores dos crimes previstos contra a administração pública forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.
 B) É crime a conduta de extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.
 C) Comete modalidade de peculato o funcionário que apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem com pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa.
 D) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente é crime com pena de detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Questão 26

O primeiro título do Código Penal é o de crimes contra a pessoa. Sobre esse título, marque a alternativa correta:

- A) A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado na gestação ou até as 3 (três)

semanas posteriores ao parto.

- B) Responde por homicídio quem induz menor de 14 (quatorze) anos ao suicídio e este se consuma.
 C) Provocar aborto com o consentimento da gestante menor de 14 (quatorze) anos, tem pena de reclusão, de um a quatro anos.
 D) É crime exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial com pena aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se da negativa de atendimento resulta lesão corporal de natureza grave.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Questão 27

Uma das maiores inovações no âmbito probatório foi a inclusão da Cadeia de Custódia no Processo Penal. Sobre a Cadeia de Custódia, pode-se afirmar que:

- A) a Cadeia de Custódia foi recentemente introduzida no Código de Processo Penal pela Lei n.º 13.964 de 2020.
 B) o processamento é procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é isolado de forma a evitar que se altere o estado das coisas.
 C) se considera cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
 D) na etapa da coleta, cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.

Questão 28

Sobre as prisões processuais penais, marque a alternativa incorreta:

- A) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
 B) Se o agente é reincidente ou integra organização criminosa armada ou milícia, somente será cabível a liberdade provisória com fixação de medidas cautelares.
 C) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
 D) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão temporária, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

Questão 29

Jurisdição consiste na função estatal de compor litígios e de declarar e realizar o direito. Sobre o assunto, marque a alternativa incorreta:

- A) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais.
 B) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmarse-á pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

- C) Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
- D) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Questão 30

O inquérito policial é um instrumento hábil à elucidação do fato supostamente criminoso e à coleta de elementos de convicção. Sobre o inquérito, marque a alternativa correta:

- A) Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.
- B) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial deverá proceder em todos os casos à reprodução simulada dos fatos.
- C) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada pela autoridade policial.
- D) Não havendo indícios de materialidade do crime, a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

De acordo com a Lei n.º 12.850, de 2 de agosto de 2013, e suas alterações, se houver indícios de participação de policial no crime de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

- A) a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito policial e comunicará ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão.
- B) a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito civil e comunicará à autoridade judiciária.
- C) a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito policial e comunicará tanto ao Ministério Público quanto à autoridade judiciária.
- D) o policial perderá imediatamente o cargo.

Questão 32

Em relação à infiltração de agentes, assinale a alternativa correta conforme a Lei n.º 12.850, de 2 de agosto de 2013, e suas alterações:

- A) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, vedada a renovação, ainda que comprovada a necessidade.
- B) Concluída a investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado.
- C) O requerimento do Ministério Público ou a representação do delegado de polícia para a infiltração de agentes conterão a demonstração da necessidade da medida, o alcance das tarefas dos agentes e, necessariamente, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas, o local exato e a duração da infiltração, sob pena de indeferimento.
- D) Em nenhuma hipótese, o agente infiltrado responderá pelos excessos praticados.

Questão 33

Em relação à colaboração premiada prevista na Lei n.º 12.850, de 2 de agosto de 2013, e suas alterações, marque a alternativa correta:

- A) O acordo de colaboração premiada é um negócio jurídico processual, mas não pode ser considerado um meio de obtenção de prova.
- B) O acordo de colaboração premiada poderá resultar na redução da pena ou na substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, mas o juiz não poderá, em hipótese alguma, conceder o perdão judicial daquele que efetiva e voluntariamente tenha colaborado com a investigação e com o processo criminal.
- C) É direito do colaborador ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados.
- D) O pedido de homologação do acordo de colaboração premiada será dirigido ao juiz, que dará ampla publicidade ao documento, sem restrição de sigilo.

Questão 34

A doutrina costuma dividir o crime de lavagem de dinheiro em três fases ou etapas. São elas, em ordem cronológica:

- A) Renomeação, Lavagem em sentido estrito e Colocação.
- B) Preparação, Circulação e Ocultação.
- C) Colocação, Ocultação e Integração.
- D) Conluio, Ocultação e Circulação.

Questão 35

É correto afirmar que o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, e suas alterações:

- A) obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com detenção, da competência do juiz singular.
- B) dependem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao Ministério Público a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.
- C) é de competência da Justiça Federal quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.
- D) é de competência da Justiça Estadual quando praticado contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

Questão 36

Em relação ao crime de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores, provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, marque a alternativa correta, conforme a Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, e suas alterações:

- A) A pena será de detenção, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.
- B) A pessoa que, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, os converte em ativos lícitos, não incorre na mesma pena.
- C) A tentativa não será punida.
- D) A pena será aumentada de um a dois terços, se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

Questão 37

Na chamada tortura para a prática de crime, a consumação ocorre:

- A) quando é obtida em razão de discriminação racial ou religiosa.
- B) apenas quando ocorre lesão corporal de natureza grave ou gravíssima na vítima.
- C) apenas quando a violência ou a grave ameaça causar sofrimento físico na vítima.
- D) quando a violência ou a grave ameaça causar sofrimento físico ou mental na vítima.

Questão 38

De acordo com a Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997, e suas alterações, o crime de tortura:

- A) atrai pena de detenção, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, e multa.
- B) tem a pena aumentada de um sexto até a metade se o crime for praticado contra criança.
- C) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- D) apesar de inafiançável, o crime de tortura é suscetível de graça ou anistia.

Questão 39

Ainda sobre o crime de tortura, é correto afirmar:

- A) Trata-se sempre de crime próprio, que somente pode ser cometido por policiais civis ou militares.
- B) A tortura-prova ocorre quando a intenção do sujeito, ao torturar a vítima, é a de obter informação, declaração ou confissão da própria vítima ou de terceira pessoa.
- C) A chamada tortura-castigo sujeita o autor do crime à pena de detenção, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.
- D) As disposições da Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997, se aplicam apenas quando o crime for cometido em território nacional, ainda que a vítima seja brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Questão 40

A Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, e suas alterações conhecida como Lei Anticorrupção, aplica-se:

- I- às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado;
- II- a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Após a análise dos itens, marque a alternativa correta:

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas o item II está correto.
- C) Ambos os itens estão corretos.
- D) Ambos os itens estão errados.

Questão 41

As pessoas jurídicas que praticarem os atos lesivos previstos na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e suas alterações, em seu interesse ou benefício exclusivo ou não, serão responsabilizadas:

- A) apenas civilmente, de forma objetiva.
- B) objetivamente, nos âmbitos civil e administrativo.
- C) subjetivamente, apenas no âmbito administrativo.
- D) subjetivamente, nos âmbitos civil e administrativo.

Questão 42

Em relação ao acordo de leniência disciplinado pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e suas alterações, marque a alternativa correta:

- A) O acordo de leniência somente poderá ser celebrado se, dentre outros requisitos, a pessoa jurídica responsável pela prática do ato cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo, dentre outros requisitos.
- B) O acordo de leniência exige a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

C) O acordo de leniência é personalíssimo e não terá, sob hipótese alguma, seus efeitos estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico da pessoa jurídica que o celebrou.

D) A celebração do acordo de leniência não interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Questão 43

De acordo com a Lei n.º 13.869, de 05 de setembro de 2019 e suas alterações, é sujeito ativo do crime de abuso de autoridade:

- A) somente militares ou pessoas a eles equiparadas.
- B) somente membros das carreiras de segurança pública.
- C) somente membros do Poder Executivo.
- D) qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

Questão 44

É pena restritiva de direitos substitutiva das privativas de liberdade previstas na Lei n.º 13.869, de 05 de setembro de 2019 (Lei de Abuso de Autoridade) e suas alterações:

- A) Multa.
- B) Limitação de final de semana.
- C) Perda de bens.
- D) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

Questão 45

Considere que determinado agente penitenciário, com a finalidade específica de beneficiar terceiro, constrangeu preso sob sua custódia, mediante violência, a produzir prova contra si mesmo. Nesse caso, é correto afirmar, conforme a Lei n.º 13.869, de 05 de setembro de 2019 (Lei de Abuso de Autoridade) e suas alterações, que:

- A) o agente não cometeu crime de abuso de autoridade, eis que não é considerado como autoridade na forma da Lei n.º 13.869, de 05 de setembro de 2019.
- B) o agente cometeu crime de abuso de autoridade, cuja pena cominada é de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, sem prejuízo da pena cominada à violência.
- C) o agente não cometeu crime de abuso de autoridade, já que a conduta descrita não está tipificada na Lei n.º 13.869, de 05 de setembro de 2019.
- D) o agente cometeu crime de abuso de autoridade, dado o emprego de violência. Se, no entanto, tivesse constrangido o preso mediante grave ameaça, a conduta seria atípica, ainda que praticada com as mesmas finalidades.

Questão 46

Leia os itens seguintes:

- I- As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas.
- II- Será garantido à pessoa LGBT, em igualdade de condições, o acesso e a continuidade da sua formação educacional e profissional, desde que sob suas próprias expensas.
- III- A transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão da condição de pessoa LGBT são considerados tratamentos desumanos e degradantes.

Estão corretos, conforme a Resolução Conjunta n.º 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 47

Leia os itens a seguir:

I- Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

PORQUE

II- Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo.

Marque a alternativa correta, em conformidade com a Resolução Conjunta n.º 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação:

- A) Ambos os itens estão corretos e o item II justifica o item I.
- B) Ambos os itens estão corretos, mas o item II não justifica o item I.
- C) Apenas o item I está correto.
- D) Apenas o item II está correto.

Questão 48

De acordo com a Resolução Conjunta n.º 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, é incorreto afirmar que a pessoa travesti em privação de liberdade:

- A) tem direito a ser chamada pelo seu nome social, de acordo com o seu gênero.
- B) pode usar roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero.
- C) independente do gênero, não pode manter os cabelos compridos.
- D) tem garantidos a manutenção do seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico.

Questão 49

Em conformidade com a Portaria Interministerial n.º 210, de 16 de janeiro de 2014, é objetivo da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - Pnampe:

- A) Fortalecimento da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na implementação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.
- B) Aprimorar a qualidade dos dados constantes nos bancos de dados do sistema prisional brasileiro, contemplando a perspectiva de gênero.
- C) Incentivo aos órgãos estaduais de administração prisional para que promovam a efetivação dos direitos fundamentais no âmbito dos estabelecimentos prisionais, levando em conta as peculiaridades relacionadas a gênero, cor ou etnia, orientação sexual, idade, maternidade, nacionalidade, religiosidade e deficiências física e mental, bem como aos filhos inseridos no contexto prisional.
- D) Incentivo à construção e adaptação de unidades prisionais para o público feminino, exclusivas, regionalizadas e que observem o disposto na Resolução n.º 9, de 18 de novembro de 2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

Questão 50

Analise os itens seguintes:

I- As unidades prisionais deverão providenciar a documentação civil básica que permita acesso das mulheres, inclusive das estrangeiras, à educação e ao trabalho.

II- O Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN deverá se articular com os órgãos estaduais de administração prisional para que sejam constituídas comissões intersetoriais específicas para tratar dos assuntos relacionados às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional.

III- É facultado assegurar recursos humanos e espaços físicos adequados às diversas atividades para a integração da mulher e de seus filhos.

IV- O Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – Pnampe, instituído pela Portaria MJ/SPM n.º 210/2014, integra a estrutura do Ministério da Defesa.

Em conformidade com a Portaria MJ/SPM n.º 210/2014, estão corretos apenas os itens:

- A) I, II e III.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) II e IV.



Leia, com atenção, os textos 1 e 2:

Texto 1

"Cada detento, uma mulher, uma criança
Cada crime, uma sentença
Cada sentença, um motivo, uma história
De lágrimas, sangue, vidas e glórias
Abandono, miséria, ódio, sofrimento
Desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química
Pronto: eis um novo detento."

(Racionais mc's, Sobrevivendo no Inferno.p.84)

Texto 2

"Nem todo herói usa capa, às vezes, eles
usam fardas e saem às ruas lutando pelas
nossas vidas".

"Ser policial é proteger e garantir a ordem
para todos os tipos, classes e gêneros de
pessoas"

(Marianna Moreno)

Usando os textos somente para motivação (não copie), disserte, de 20 (vinte) a 30 (trinta) linhas, sobre o tema: "A lei de execução penal e a assistência ao preso".

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21



PROVA DISCURSIVA

22

23

24

25

26

27

28

29

30